

STJ00119415

André Leonardo Copetti Santos

Elementos de Filosofia Constitucional



livraria//
DO ADVOGADO
//editora

Porto Alegre, 2009

S237e Santos, André Leonardo Copetti
Elementos de filosofia constitucional / André Leonardo Copetti Santos.
– Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora. 2009.
191 p.; 23 cm.

ISBN 978-85-7348-620-9

1. Direito constitucional. 2. Filosofia do direito. I. Título.

CDU – 342

Índices para catálogo sistemático:

Filosofia do direito	340.12
Direito constitucional	342

(Bibliotecária responsável: Marta Roberto. CRB-10/652)

Sumário

Notas iniciais	15
Parte I	
1. Felicidade e Constituição	19
2. Os projetos políticos de felicidade constitucionalizados	25
3. O poder como problema central do constitucionalismo	29
4. O constitucionalismo como resultado histórico de lutas sociais contra o uso ilimitado e irresponsável do poder e como projeção e reflexões filosófico-políticas no campo jurídico	33
Parte II	
1. O tensionamento entre individualistas, coletivistas e culturalistas e as constituições contemporâneas	35
2. Indivíduo, coletividade e culturalidade como temas centrais de tradições de pesquisa	39
2.1. A contribuição do pensamento filosófico grego antigo para a construção do conflito indivíduo x coletividade	44
2.2. Os sofistas e o atomismo de Protágoras. O início de uma tradição de pesquisa fundada no individualismo e no consensualismo	45
2.3. A instauração do conflito indivíduo <i>versus</i> coletividade no pensamento ocidental pela contraposição da tradição socrático/platônica à sofística	53
2.3.1. Sócrates: a política e a excelência moral e a submissão às leis da cidade	54
2.3.2. Platão e o surgimento do constitucionalismo antigo	55
2.3.3. A contribuição eclética de Aristóteles para o constitucionalismo	61
2.3.4. A reemergência do individualismo com o epicurismo e o estoicismo	71
3. O legado da escolástica	74
3.1. Duns Escoto e a preponderância da vontade individual	74
3.2. Guilherme de Ockham e a transição para o direito moderno	75
4. A versão moderna do conflito entre individualistas e coletivistas: liberais <i>versus</i> socialistas	80
4.1. O individualismo liberal: da negação das tradições à constituição de uma tradição individualista da modernidade	80
4.1.1. Hobbes. O contrato e o primado dos direitos individuais	90
4.1.1.1. As relações poder/religião e poder/conhecimento em Hobbes	91
4.1.1.2. O contrato social	93
4.1.1.3. Hobbes e a primazia do direito subjetivo	96
4.1.2. Locke e a fundação do constitucionalismo liberal	97
4.1.3. Montesquieu, a liberdade política e a separação dos Poderes	101
4.1.3.1. Sobre a relação entre lei e liberdade	103

4.1.3.2. A distribuição dos Poderes	104
4.1.4. O pensamento holista de Rousseau: a soberania do povo e a radicalização democrática	106
4.1.4.1. O holismo rousseauiano e suas conseqüências em seu pensamento	106
4.1.4.2. A vontade geral e o contrato social	107
4.1.4.3. A democracia direta e a rejeição de mecanismos representativos	108
4.1.5. A contribuição de Kant para o constitucionalismo contemporâneo	110
4.1.5.1. Razão e Vontade: a base do individualismo kantiano	110
4.1.5.2. O Contratualismo kantiano	112
4.1.6. Friedrich Hegel	114
4.2. A crítica ao liberalismo e emergência do socialismo	116
4.2.1. O sistema filosófico geral hegeliano	116
4.2.1.1. Sobre a sociedade civil e o Estado em Hegel	121
4.2.1.2. Sobre a Constituição em Hegel	124
4.2.1.3. Algumas considerações sobre as contribuições de Hegel ao constitucionalismo contemporâneo	128
4.3. O socialismo: uma tradição holística como contraposição à tradição liberal-atomista e a base teórica de surgimento do Estado Social de Direito	129
Parte III	
1. O embate contemporâneo entre liberais e comunitaristas	139
1.1. O sujeito descomprometido e atomizado do Liberalismo e a crítica comunitarista	143
1.2. Duas concepções antagônicas de bem e justiça distributiva	150
1.3. O debate entre liberais e comunitaristas em relação aos direitos coletivos	154
2. Racionalidade liberal-individualista e racionalidade social-coletivista	158
3. O multiculturalismo e as demandas constitucionais de última geração	167
3.1. Multiculturalismo e igual dignidade pela diferença	167
3.2. Multiculturalismo e democracia	171
3.3. Charles Taylor e a superação da dignidade igualitária pela política da diferença	173
3.4. Transferências da filosofia multiculturalista para o campo da tutela jurídica. O caso da Constituição brasileira de 88	178
Em modo de encerramento do texto	183
Referências Bibliográficas	187